

Starian Serviços e Tecnologia S/A

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	8
1. Contexto operacional.....	8
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	8
2.1 Declaração de conformidade.....	8
2.2 Base de preparação e apresentação	8
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	8
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	8
3. Principais políticas contábeis	9
3.1 Instrumentos financeiros	9
3.2 Imobilizado	10
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	10
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	11
3.5 Provisão para contingências.....	11
3.6 Impostos.....	11
3.7 Demonstração dos fluxos de caixa.....	13
3.8 Receita operacional.....	13
3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	14
3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	14
4. Contas a receber clientes	16
4.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento	16
5. Obrigações tributárias	16
6. Patrimônio líquido.....	16
6.1 Capital Social.....	16
6.2 Remuneração aos acionistas	16
7. Receita de contratos com clientes	17
8. Imposto de renda e contribuição social	17

Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras			Obrigações tributárias	5	<u>107.167</u>
Contas a receber de clientes	4	641.025	Total do passivo circulante		<u>107.167</u>
Total do ativo circulante		<u>641.025</u>	Total do passivo não circulante		<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>-</u>	Patrimônio Líquido		
Total do ativo		<u>641.025</u>	Capital social	6.1	50.000
			(-) Capital social a integralizar		(50.000)
			Reserva de lucros		533.858
			Total do patrimônio líquido		<u>533.858</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>641.025</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

	Nota	2025
Receita de contratos com clientes	7	601.602
Custo dos serviços prestados		<u>-</u>
Lucro bruto		<u>601.602</u>
Despesas com vendas		-
Despesas gerais e administrativas		-
Outras receitas operacionais		-
Outras despesas operacionais		-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>601.602</u>
Receitas financeiras		-
Despesas financeiras		<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>601.602</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>(67.744)</u>
Resultado do exercício		<u><u>533.858</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

	2025
Resultado do exercício	<u>533.858</u>
Resultado abrangente total	<u><u>533.858</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Total
			de capital	lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-
Integralização de capital social		50.000	-	-	50.000
Resultado do exercício		-	-	533.858	533.858
Constituição de reserva legal		-	10.000	(10.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		50.000	-	523.858	583.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

	2025
Fluxo de caixa proveniente das operações	
Resultado do exercício	533.858
	<hr/>
Redução (aumento) nos ativos:	
Contas a receber de clientes	(641.025)
	<hr/> (641.025)
Aumento (redução) nos passivos:	
Obrigações tributárias	107.167
	<hr/> 107.167
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-
Distribuição de lucros	-
	<hr/>
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamentos	-
	<hr/>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<hr/> -
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-
	<hr/>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<hr/> -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Starian Serviços e Tecnologia S/A, (“Starian Serviços” ou “Empresa”), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 60.292.465/0001-95, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e foi constituída em 07 de abril de 2025.

A Empresa tem como objeto social: (i) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário; (ii) correspondentes de instituições financeiras; (iii) outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; (iv) promoção de vendas.

A Empresa possui uma filial inscrita no CNPJ sob o nº 60.292.465/0002-76, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Pais Leme, nº 215, e seu controle é integralmente nacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas completas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- I. A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados;
- II. Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;

- III. A identificação e valorização da provisão para litígios;
- IV. As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro

tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições

Alíquota

PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00% e 3,00%

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida

estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

4. Contas a receber clientes

	2025
Clientes nacionais	641.025
(-) Perda esperada com créditos	-
	<u>641.025</u>

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

4.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2025
A vencer	641.025
	<u>641.025</u>

5. Obrigações tributárias

	2025
ISS a recolher	16.026
PIS a recolher	4.167
COFINS a recolher	19.131
Provisão imposto de renda	18.461
Provisão contribuição social	49.282
	<u>107.067</u>

6. Patrimônio líquido

6.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa é composto por 50.000 (cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritos e integralizados pela única acionista Starian Sistemas S.A.

6.2 Remuneração aos acionistas

O contrato social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas quotas.

Durante o exercício de 2025 não houve distribuição de lucros acumulados.

7. Receita de contratos com clientes

	2025
Receita Bruta	641.025
Deduções da receita	(39.423)
Receita de contratos com clientes	<u>601.602</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Em 2025 a empresa foi tributada com base no lucro presumido, cálculo demonstrado abaixo:

	2025
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	205.128
Alíquota básica	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(69.805)
Efeito das alíquotas diferenciadas	6.000
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(63.805)

* * *

André Tavares Andrade
CFO

Eduardo Cavalcante Muller Junior
Contador CRC/BA 032594/O-2 T-SE